

# IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

## À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA/MG SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2025

Prezado (as) Senhores (as):

BRIA SAÚDE SOCIEDADE LTDA, estabelecida na Av. Josué di Bernardi, nº 185, sala 37, CEP: 88101-200, Campinas - São José/SC, por seu representante legal VITOR SILVA SOUZA, brasileiro, nascido em 13/10/1983, empresário, portador da carteira de identidade 4126325, órgão expedidor SSP/SC, e do CPF 044.886.399-50, residente e domiciliado na Rua Manoel de Oliveira Ramos, nº 147, apto 601, bairro Estreito, em Florianópolis/SC, CEP 88.075-121, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, e demais disposições pertinentes, apresentar a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 037/2025, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

### I. DA TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é protocolada dentro do prazo legal previsto, considerando-se a data de publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 037/2025 e o limite para apresentação de impugnações.

### II. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O presente certame tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de telemedicina, com fornecimento de laudos e equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Borda da Mata/MG, como descrito no item 7 do Edital e item 1.1 do Anexo I (Termo de Referência). É fundamental destacar que a prestação destes serviços ocorrerá de forma remota, como inerente à telemedicina.

### III. DA CLÁUSULA OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

O Edital do Pregão Eletrônico nº 037/2025, em seu item 9.11.2, na seção de Qualificação Técnica (Art. 67), exige, dentre os documentos de habilitação, a apresentação de:

"9.11.2. Cópia autenticada da Licença Sanitária, emitida pela Vigilância Sanitária local, em vigor na data de abertura do certame;"



BRIA SAÚDE SOCIEDADE LTDA  
CNPJ: 39.518.670/0001-30  
Telefone: (49) 98904-5403  
E-mail: atendimento@briasaude.com

#### **IV. DA INEXIGIBILIDADE DA LICENÇA SANITÁRIA PARA SERVIÇOS EXCLUSIVAMENTE REMOTOS DE TELEMEDICINA: VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE**

A exigência da Licença Sanitária para a prestação de serviços de telemedicina com objeto estritamente remoto, conforme definido no Edital, mostra-se inadequada, desproporcional e restritiva à competitividade do certame.

**1. Da Natureza da Telemedicina e a Finalidade da Licença Sanitária:** A telemedicina, como amplamente reconhecida pela Lei nº 14.510/2022 e pela Resolução CFM nº 2.314/2022, consiste na prestação de serviços de saúde mediada por tecnologias de comunicação. O cerne desta modalidade é o atendimento à distância, seja para consultas, teleinterconsultas, telediagnóstico ou telemonitoramento, sem a necessidade de presença física do paciente ou do profissional de saúde em um local específico para a realização do ato médico.

A Licença Sanitária, por sua vez, é um instrumento de controle sanitário que visa garantir a conformidade das instalações físicas e das práticas de estabelecimentos de saúde (hospitais, clínicas, consultórios, laboratórios) com as normas de higiene, segurança, estrutura, fluxo de pacientes, manejo de resíduos e demais condições que afetam a saúde pública em um ambiente físico. Os riscos que a Vigilância Sanitária busca mitigar por meio desta licença (contaminação, infecções, descarte inadequado de materiais, problemas estruturais) são intrínsecos a ambientes onde há contato físico, manuseio de materiais biológicos ou circulação de público em um espaço determinado.

**2. Inadequação da Exigência aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade:** Ao exigir a Licença Sanitária para uma empresa que prestará serviços de telemedicina de forma exclusivamente remota, o Edital viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, basilares para a atuação da Administração Pública e para a validade de um certame licitatório:

##### **1-Razoabilidade:**

Não é razoável exigir um documento cujo propósito é fiscalizar um ambiente físico quando a prestação do serviço ocorre no ambiente virtual. A atuação da Vigilância Sanitária, neste contexto, seria desprovida de objeto, uma vez que os riscos tradicionais associados a ambientes físicos de saúde simplesmente não se manifestam na modalidade remota pura.



BRIA SAÚDE SOCIEDADE LTDA  
CNPJ: 39.518.670/0001-30  
Telefone: (49) 98904-5403  
E-mail: atendimento@briasaude.com

Exigir que uma empresa que opera com profissionais em teletrabalho, utilizando plataformas digitais seguras, possua uma licença sanitária para um estabelecimento físico que não é palco da prestação do serviço em si, é uma imposição desprovida de fundamento lógico e finalidade prática para o objeto contratual.

## 2-Proporcionalidade:

A exigência de Licença Sanitária, neste caso, é desproporcional ao objetivo de garantir a qualificação técnica e sanitária do serviço de telemedicina. Enquanto a telemedicina exige qualificações relacionadas à segurança da informação, tecnologia, qualificação dos profissionais e conformidade com a LGPD, o foco na Licença Sanitária desvia o propósito da habilitação. Tal exigência impõe um ônus desnecessário e significativo às empresas que operam exclusivamente de forma remota, criando uma barreira de entrada injustificada e potencialmente afastando licitantes aptos a prestar o serviço com excelência, mas que não possuem ou não necessitam de uma estrutura física que justifique tal licença. A medida, portanto, não é adequada, necessária nem proporcional em sentido estrito para alcançar o fim pretendido de qualificação do serviço de telemedicina.

## 3. Foco Regulatório da Telemedicina:

A regulamentação da telemedicina no Brasil (Lei nº 14.510/2022 e Resoluções do CFM) direciona o controle para aspectos como:

- a) A qualificação e registro dos profissionais de saúde nos respectivos conselhos.
- b) A infraestrutura tecnológica (plataformas, sistemas) que garanta a segurança e o sigilo das informações de saúde (LGPD, padrões de segurança da informação).
- c) A identificação dos pacientes e profissionais.
- d) O fornecimento de equipamentos em comodato, que exige a comprovação da regularidade dos equipamentos (ex: ANVISA), mas não da licença sanitária do local de operação remota da empresa.

Esses são os verdadeiros pilares da qualidade e segurança na telemedicina, e o Edital deveria focar em comprovações relacionadas a eles, em vez de requisitos atrelados a um modelo de atendimento presencial.



BRIA SAÚDE SOCIEDADE LTDA  
CNPJ: 39.518.670/0001-30  
Telefone: (49) 98904-5403  
E-mail: atendimento@briasaude.com

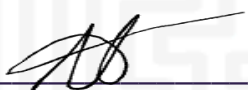
## V. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a **BRIA SAÚDE SOCIEDADE LTDA** a Vossa Senhoria que se digne a:

1. **CONHECER** a presente Impugnação, por ser tempestiva e preencher os requisitos legais.
2. **ACOLHER** os argumentos ora apresentados, reconhecendo a inexigibilidade da Licença Sanitária para a prestação de serviços de telemedicina de forma exclusivamente remota, por violação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
3. **DETERMINAR** a alteração do Edital do Pregão Eletrônico nº 037/2025, especificamente no item 9.11.2, para excluir a exigência de "Cópia autenticada da Licença Sanitária, emitida pela Vigilância Sanitária local, em vigor na data de abertura do certame", por ser incompatível com a natureza do serviço de telemedicina licitado e por restringir indevidamente a competitividade do certame

Termos em que, Pede deferimento.

São José, 22 de agosto de 2025



Assinado digitalmente via ZapSign por  
Vitor Souza  
Data 22/08/2025 17:51:11.787 (UTC-0300)

VITOR SILVA SOUZA, CPF 044.886.399-50  
BRIA SAÚDE SOCIEDADE LTDA, CNPJ: 39.518.670/0001-30



BRIA SAÚDE SOCIEDADE LTDA  
CNPJ: 39.518.670/0001-30  
Telefone: (49) 98904-5403  
E-mail: atendimento@briasaude.com

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 22 Agosto 2025, 17:51:12

**Status:** Assinado

**Documento:** Impugnação - Bria Saúde.Pdf

**Número:** 4212dbe4-78f9-4e85-b7a0-638cb25c1247


**Data da criação:** 22 Agosto 2025, 17:36:55

**Hash do documento original (SHA256):** e93795caf51c6b4045e914e1fc661ed96c202ff428e225b316e7d18bcb1f2442



## Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<div>Assinado  via ZapSign by Truora</div> <div><b>VÍTOR SOUZA</b> Data e hora da assinatura: 22/08/2025 17:51:11 Token: d7dc0144-e73c-4049-b835-638a77c061c8</div>		Assinatura  Vitor Souza
<b>Pontos de autenticação:</b> Telefone: + 5548996229251 E-mail: vitorssouza@gmail.com		Localização aproximada: -27.588469, -48.579005 IP: 177.24.142.108 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/139.0.0.0 Mobile Safari/537.36

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 4212dbe4-78f9-4e85-b7a0-638cb25c1247, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign 4212dbe4-78f9-4e85-b7a0-638cb25c1247. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.